

**ESCRavidÃO, RESISTÊNCIA, FUGAS E A FORMAÇÃO DE  
QUILOMBOS/MOCAMBOS EM OURÉM DO GRÃO-PARÁ (FINAIS DO SÉCULO  
XVIII A 1830).**

Rozemberg Ribeiro de Almeida<sup>1</sup>  
Francivaldo Alves Nunes<sup>2</sup>

**RESUMO**

A ideia geral deste trabalho é mostrar como os escravizados da vila de Ourém e região sobre sua jurisdição construíram mecanismos de resistência ao regime de trabalho compulsório. Assim busca-se esse diálogo a partir do universo dos quilombos/mocambos que é o desdobramento de muitas das fugas empreendidas principalmente por negros que buscavam construir suas liberdades. Além disso, também busca-se compreender os vínculos criados entre diversos agentes, sobretudo negros e índios, que em muitas situações alimentavam os mesmos objetivos, ou seja, serem livres. Dessa forma, criaram acordos e alianças para se fortalecerem mediante a repressão das diligências que buscavam capturar os escravos fugidos. No Brasil o quilombo se manifestou como a forma de resistência mais tenaz ao regime de trabalho forçado, isto porque o mesmo representava o oposto da escravidão, ou seja, a liberdade. É a partir do desejo por ela que muitos agentes escravizados implementaram séculos de luta contra a ordem escravocrata. Assim, o mundo do escravo transitava entre o sonho da liberdade e o cotidiano da luta dentro da escravidão. Neste trabalho veremos como esse sonho se materializou em povoados no meio da mata que representaram um enclave para o sistema escravista e uma ameaça aos interesses de donos de escravos.

**Palavras-chave:** Trabalho. Liberdade. Negro. Índio.

**ABSTRACT**

The general idea of this work is to show how the enslaved ones of the town of Ourém and region on their jurisdiction constructed mechanisms of resistance to the compulsory labor regime. Thus, this dialogue is sought from the universe of quilombos / mocambos, which is the unfolding of many of the fugues undertaken mainly by blacks who sought to build their freedoms. In addition, it also seeks to understand the links created among various agents, especially blacks and Indians, who in many situations had the same goals, that is, to be free. In this way, they created agreements and alliances to strengthen themselves through the repression of the diligences that sought to capture the escaped slaves. In Brazil, the quilombo manifested itself as the most tenacious form of resistance to the regime of forced labor, because it represented the opposite of slavery, that is, freedom. It is from the desire for her that many enslaved agents have implemented centuries of struggle against the slave order. Thus, the world of the slave transited between the dream of freedom and the daily struggle within slavery. In this work we will see how this dream materialized in villages in the middle of the forest that represented an enclave for the slave system and a threat to the interests of slave owners.

**Keywords:** Work. Freedom. Black. Indian.

---

<sup>1</sup> Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Saberes Africanos e Afro brasileiros na Amazônia (UFPA), Mestrando em História Social da Amazônia (IFCH/UFPA) e Professor da Educação Básica na rede pública do Estado do Pará (SEDUC-PA) – rozembergr@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador Produtividade do CNPq, nível 2. Mestre em História Social da Amazônia (2008) e Graduado em História (2000) pela Universidade Federal do Pará. Atua nos cursos de graduação do Campus de Ananindeua, nos programas de pós-graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém) - francivaldonunes@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

Ourém está situada nas margens do rio Guamá, onde juntamente com outras vilas constituiu uma zona de grande relevância para economia paraense desde o período colonial, o que proporcionou uma significativa concentração do trabalho escravo em suas terras (SALLES, 2005, p.300), o que contribuiu para constituição de diversos quilombos também chamados de mucambos ou mocambos, o que nos motivou a buscar investigar a repercussão do processo de resistência implementado pelos povos escravizados da região.

Ressalta-se que quilombo ou mocambo foram termos utilizados para caracterizar essas comunidades onde diferentes agentes buscaram concretizar suas autonomias mediante o domínio do branco escravocrata. Na documentação pesquisada para esse trabalho, esses termos aparecem como sinônimos. Um exemplo dessa realidade é uma “*Consulta do Conselho Ultramarino para o Rei D. João V, sobre a carta dos Oficiais da Cidade de Belém do Pará*”, nesta se diz que no estado do Maranhão e Grão-Pará “[...] as povoações que os escravos fugidos fazem nos mattos [...]” são chamadas de mocambos, porém essas mesmas povoações no estado do Brasil são denominada de quilombos (AHU<sup>3</sup>\_ACL<sup>4</sup>\_CU<sup>5</sup>\_013, Cx<sup>6</sup>. 31, D<sup>7</sup>. 2977). Portanto, termos diferentes para a mesma conceituação.

Essa ideia também aparece no Dicionário de Língua Portuguesa publicado por Luiz Maria da Silva Pinto (1832), assim ele diz; “**Mocambo**, f. Habitação, que fazem os pretos fugitivos nos mato, chamada por outro nome, **Quilombo**”. Dessa forma, os dois termos serão utilizados neste trabalho com o mesmo sentido, embora que usarei com mais frequência a nomenclatura mocambo, isto porque na Amazônia ela é mais comum.

No Brasil o quilombo se manifestou como a forma de resistência mais tenaz ao regime de trabalho forçado, isto porque o mesmo representava o oposto da escravidão, ou seja, a liberdade. É a partir do desejo por ela que muitos agentes escravizados implementaram séculos de luta contra a ordem escravocrata. Assim, “O mundo do escravo transitava entre o sonho da liberdade e o cotidiano da luta dentro da escravidão” (RICCI, 2000, p.292). Neste trabalho veremos como esse sonho se materializou em povoados no meio da mata que representaram um enclave para o sistema escravista e uma ameaça aos interesses de donos de escravos. Contudo, não pretendemos criar a imagem do quilombo como reduto de grandes

---

<sup>3</sup> Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

<sup>4</sup> Administração Central

<sup>5</sup> Conselho Ultramarino

<sup>6</sup> Caixa

<sup>7</sup> Documento

heróis, mas sim de espaços com indivíduos que são sujeitos de suas próprias histórias, que lutavam por suas liberdades das formas mais variadas possíveis. Assim pretendemos analisar o escravo na ótica de João José Reis (1989), para ele o escravizado não estar nos extremos, portanto não são heróis, mas também não são unicamente vítimas do sistema escravista.

## 1. DESAFORADOS E SUBLEVADOS: RESISTÊNCIA NEGRA E A FORMAÇÃO DE MOCAMBOS.

**Assunto:** Negros amocambados que ameaçam os moradores da vila.

**Conteúdo:** Correspondência de Aulerio Francisco de Carvalho, juiz ordinário ao senhor Francisco de Sequeira Monterroso e Melo da Silveira e Vasconcelos, comandante militar da vila de Bragança. Ourém, 1º de maio de 1829.

Participo a V.S.<sup>a</sup> que na noite da quinta feira para Sexta dia de hoje do presente mez pelas dez horas tal o dezaforo dos negros mocambistas, que deram um ataque nesta Villa querendo arrombar a porta do morador Manoel Gaspar, para lhe matarem a mulher o entocandose a rebate acodirão as oito praças do destacamento, com mais oito moradores (...) se trasmalharão logo pelo matto os ditos pretos” e comunica que estão com mantimentos, sem armamento, sem munição, dinheiro e solicita auxilio “porque adilatarse, muito sermos há percizo dezertar da Villa antes, que aqui nos acabem porque dezaforos dos negros já são muitos” (Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), códice 849,1829).

Baseado no cenário descrito acima, discutiremos o tópico; **Desaforados e sublevados: resistência negra e a formação de mocambos**, este título representa em grande medida o ambiente que permeou a paisagem amazônica no contexto da escravidão, sobretudo nos séculos XVIII e XIX. Nesse documento enviado pelo juiz ordinário da vila de Ourém Aulerio Francisco de Carvalho ao comandante militar da vila de Bragança o mesmo relata a tentativa de assassinato da esposa de Manoel Gaspar, morador da vila, por negros habitantes de um mocambo da região. Esse ato que o juiz tratou como “dezaforo”, ou seja, uma afronta, um desrespeito com a autoridade local e os cidadãos da vila, representou um dos muitos momentos de resistência dos escravizados ao regime da escravidão.

O teor do documento também chama a atenção para outra questão que representa talvez o maior ato de resistência ao trabalho escravo para a época, este consiste na formação de quilombos ou também chamados de mocambos, isto pode ser observado quando o juiz chama os pretos de mocambistas, ou seja, moradores do mocambo. Diante desse suposto ataque, observa-se também que o quilombo ou mocambo não era um lugar de isolamento, o documento mostra que os negros dessas povoações mantinham contato com outros agentes. Cristian Martins corrobora com essa ideia quando diz que os espaços de autonomia

alcançados pelos negros fugidos se davam a partir “[...] da criação de redes de comércio, comunicação e cooperação, aliança e solidariedade, com taberneiros, regatões, acoitadores de escravos, tropas policiais, e outros segmentos da sociedade escravocrata” (MARTINS, 2010, p.16). Sobre esse prisma, Eurípides Funes (1995) aponta que esses contatos com a sociedade foram construídos com a inserção e ocupação dos mocambeiros nos espaços da economia regional. Essa situação foi um atenuante nas dificuldades que as autoridades encontravam para capturar os escravizados fugidos, isto porque a presença de mocambos dinamizavam relações econômicas o que fazia com que vários agentes tivessem interesse na permanência da liberdade dos cativos.

Ainda nesta direção, Flávio dos Santos Gomes mostra que, “Ao contrário do isolamento, os mundos criados pelos quilombolas acabaram por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a sociedade envolvente” (1997, p.11). Isso pode ser observado mediante o envolvimento de outros moradores da vila para socorrer a mulher que corria risco de morte, esse ato em si mostra como as práticas de resistências dos escravizados criavam cenários que envolviam boa parte da sociedade. No caso do ataque à casa do morador da vila, é importante atentar-se para o fato do documento contendo essa informação si tratar da visão de uma autoridade que representava os interesses de determinados grupos que sustentavam seus ganhos a partir da manutenção do regime compulsório de trabalho e por tanto precisavam justificar a captura dos escravos fugidos. Assim, pode-se conjecturar que esse ataque representou não apenas uma atitude de violência puramente, mas também significou a busca por mantimentos, possivelmente itens necessários para sobrevivência.

Ressalta-se que a constituição de quilombos pelos negros e índios que buscavam construir suas liberdades foram as estratégias de resistência mais utilizadas em todo o território brasileiro. “No Brasil colonial - em quase todas as áreas - foram inúmeros os quilombos formados” (GOMES, 1997, *Op. Cit.*, p.39). A prova disso é que ainda hoje existem várias comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Na Amazônia não foi diferente e também foram formados vários mocambos ou quilombos, de acordo com Girolando Treccanni (2006) apenas no Estado Pará estima-se que até 2006 existiam aproximadamente trezentos e oitenta e oito povoações quilombolas reconhecidas pelos órgãos legais, distribuídos em várias regiões do estado, desses povoados remanescentes cento e vinte e nove estão no nordeste paraense, dentre os quais trinta estão na área que compreendia a antiga região de Ourém. Segundo Edna Castro “Há registros de muitos quilombos, sendo bem conhecido os de Ourém, Turiaçu e Bragança que atravessam as terras e a fronteira do Pará com o Maranhão” (CASTRO, 2006, p.16). Diante desse cenário, Flávio dos Santos Gomes

(1997, *Op. Cit.*, p.52) designa a Capitania do Pará no período de 1734-1836 de floresta de fugitivos, em alusão ao grande número de mocambos formados nesse período por negros e índios fugido e outros.

Voltando a correspondência do juiz ordinário de Ourém, outro elemento que pode ser extraído das poucas linhas escritas pelo mesmo diz respeito ao cenário em polvoroso que a existência de quilombos causava a sociedade escravocrata, o que pode ser observado quando o magistrado solicita auxílio para proteção da vila antes que a mesma seja destruída, isso se justifica porque “os dezaforos dos negros já são muitos”, o que significa dizer que as ameaças eram constantes, o que também pode ser notado no título do assunto enviado ao comandante militar da vila de Bragança, “*Negros amocambados que ameaçam os moradores da vila*”.

A solicitação de auxílio demonstra ainda a força que os mocambos da região tinham, pois apenas a Vila de Ourém não tinha recursos para resistir às investidas dos mocambistas. Nesse sentido, Edna Castro (2006, *Op. Cit.*) aponta que a ânsia de negros e índios pela liberdade constitui-se em um verdadeiro pesadelo para muitos escravocratas. Adelmir Fiabani corrobora com essa assertiva ao afirmar que a fuga foi uma hemorragia constante no sistema escravista, para ele “A fuga foi uma das formas de resistência do cativo que mais preocupou a sociedade escravista” (FIABANI, 2012, p.22).

A importância dos quilombos existente na região pode ser observada em outra correspondência enviada cinco meses antes do episódio descrito anteriormente, nela Francisco de Sequeira Monterroso e Melo comandante militar da vila de Bragança informa ao presidente da Província do Pará, Barão de Bagé que depois de passar por Tury-Assú e Bragança marchará para “arrasar o mocambo que esta próximo da Villa de Ourém” (APEP, código 849, 1829). No entanto, a própria correspondência traz um elemento que mostrar a grande relevância do mocambo, esse dado foi levantado pelo capitão do mato Manoel dos Santos que relata haver no quilombo cento e quarenta indivíduos entre pretos e pretas (*Idem*), número esse bastante relevante, o que nos leva entender o porquê do juiz ordinário de Ourém ter pedido auxílio para combater os quilombos existentes na região.

A presença de quilombos na região de Ourém nos remete a uma importante questão levantada pela professora Sueny Diana em sua tese de doutoramento (2016, p.146), esta trata da presença de mocambos em áreas de fronteira e entre vilas, este modelo se aplica a Vila de Ourém e suas freguesias que ficam no caminho entre Belém e a Vila de Bragança, por onde também se podia chegar até ao Maranhão. Desses lugares o escravo em fuga poderia tomar diversos rumos, o que dificultaria sua captura. Além disso, estas localizações estratégicas

eram importantes para os mocambeiros estabelecerem relações comerciais, o que mostra mais uma vez que os mesmos não eram elos perdidos e isolados no meio das matas.

Nesse cenário de fugas e formação de quilombos é importante salientar que são situações motivadas pelas relações de trabalho que se constituiu no Brasil desde o período colonial, assim nesse universo onde a economia se assentou sobretudo na mão de obra escrava, os sujeitos escravizados desenvolveram diversos mecanismos de resistência ao regime da escravidão. É importante ressaltar que nem toda forma de resistência culminava em fuga. Para Flávio dos Santos Gomes “As estratégias de resistência eram paulatinamente ampliadas e reinventadas” (1997, *Op. Cit.*, p. 14-15). Assim, existiram várias formas de opor-se ao trabalho escravo, desde atos individuais como suicídio ou assassinato de feitores e senhores, até ações coletivas, como os cantos à noite nas senzalas, ou a fuga para as matas e sertões. A fuga para os sertões, entendido nesse período como lugar longínquo e desconhecido, oposto ao mar, litoral, significava em muitos casos a formação de comunidades negras independentes do domínio dos brancos, essas comunidades eram chamadas de quilombos ou mocambos. Apesar disso é preciso ponderar que nem toda fuga resultava em formação de quilombo, porém eram nessas comunidades que os escravizados encontravam ambientes que lhes proporcionavam momentos de autonomia, mesmo que em muitos casos, fossem de forma provisória. Wania Alexandrino (2013, *Op. Cit.*, p.128) diz que nesses espaços os amocambados poderiam em muitos casos viver perto dos familiares e longe das armas.

Para além dessas questões, as ações de enfrentamentos dos escravizados poderiam significar insatisfações com a quantidade de trabalho ou com o ritmo das tarefas, além disso, também exigiam morar próximos de seus parentes e visitar esposas e filhos em outras fazendas em domingos de folga e até o direito de cultivar roças e vender a produção (*Idem*). Como se pode perceber os atos de resistências eram múltiplos e variados e não estavam unicamente condicionados a fugas e formação de quilombos.

No Pará, assim como no resto do Brasil a vivência do negro foi marcada por uma trajetória de trabalho forçado e repressão tanto física quanto ideológica, nesse cenário vale ressaltar que os negros não aceitavam pacificamente a escravização e sempre que podiam buscavam resistir aos mecanismos de opressão impostos a eles pelo mundo do trabalho escravo (GOMES, 1995, p.45). Diante disso, Vicente Salles (2005, *Op. Cit.*) indica que a fuga de escravos na Província do Grão-Pará tornou-se um processo rotineiro e até certo ponto incontrolável, para ele a fuga para os matos e a formação de quilombos se constituiu no mecanismo mais tradicional de busca pela liberdade pelos escravizados (*Ibidem*,

p.237). Diante disso, Sílvia Hunold Lara (1988) aponta que a própria legislação metropolitana tratou a questão da fuga como uma das suas maiores preocupações, o que pode ser observado recorrentemente nas determinações emitidas pelas autoridades.

No Grão-Pará apesar de haver um grande volume de documentos oficiais que tratam de fugas e quilombos no século XIX, é preciso salientar que já no século XVIII existem relatos de mocambos. Vicente Salles corrobora com essa ideia e aponta que “Em pleno o século XVIII [...] no Pará, já há notícia de quilombos e de medidas tomadas para destruí-los” (2005, *Op. Cit.*, p.238). Isso também pode ser verificado na região de Ourém onde em 1762 já há relatos de diligência para bater mocambos (APEP, Códice 24, 1726). Mesmo antes dessa data já há registros que informam sobre o envio de diligências para região para apreensão de escravos fugidos (APEP, Códice 238), porém não é possível afirmar se os mesmos constituíram mocambos.

Anos depois, em ofício de 22 de dezembro de 1769, encaminhado ao Capitão Geral da Capitania do Pará, o tenente Diogo Luís cita que nos arredores de Ourém há uma roça dos “amocambados” (*Idem*). Ainda nessa direção observa-se que entre os anos de 1790-1792, formaram-se outros quilombos na região (APEP, Códice 299). A partir dessas informações percebe-se a grande relevância de Ourém no que diz respeito a presença dessas comunidades que representavam a materialização do sonho de liberdades para alguns e um pesadelo constante para outros. Sobre esse prisma Flávio dos Santos Gomes (1995, *Op. Cit.*, p. 47) indica que no final do século XVIII a fuga e formação de quilombos no Grão-Pará já era considerado pelas autoridades um problema crônico.

Nesse cenário, muitas correspondências oficiais trocadas entre as autoridades versam sobre assuntos que envolvem soldados, pois os mesmos eram fundamentais para a manutenção da segurança nas vilas. Em Ourém essa documentação traz informações sobre; *deslocamento de soldados, chegadas de soldados, transporte de soldados, recolhimento de soldados, pagamentos de soldados, enviou de tropas e outros* (APEP, Códice 849).

Esses assuntos eram recorrentes nas pautas tratadas pelas autoridades, isto porque além das ameaças externas no que diz respeito a invasão do território português, havia também uma constante vigilância pela insegurança causada pela presença dos mocambos. Assim de acordo com Wania Alexandrino (2013, *Op. Cit.*, p. 75), uma das motivações para os recrutamentos de soldados era destruir os mocambos, Segundo Shirley Nogueira (2009), o reforço na segurança no Grão Pará se dava, sobretudo onde havia uma grande concentração de escravos.

Os registros sobre mocambos se tornaram mais eficazes e quantitativos a partir do governo de Mendonça furtado, além disso, as providências para destruí-los e recapturar os escravos fugidos também se tornaram mais frequentes (SALLES, 2005, *Op. Cit.*, p.239). Ressalta-se que quando assume o governo em 1751, Mendonça Furtado adota uma política para efetivar a colonização e ocupação da Amazônia. Nesse contexto foram fundadas várias vilas, entre elas Ourém uma das primeiras fundada pelo então governador, a mesma foi criada em 1753 com o objetivo de ser um importante entreposto comercial no caminho entre Belém e Bragança (SANTOS, 2012, p.16).

Assim, nesse cenário de ocupação, povoamento e desenvolvimento econômico a mão de obra escrava foi sendo introduzida, dando ares a Vila de Ourém e circunvizinhança sobre sua jurisdição, de importante zona no que diz respeito a concentração do trabalho escravo. Essa situação é evidenciada pelo recenseamento de 1778, mandado fazer pelo então governador do Grão-Pará João Pereira Caldas, esse senso registra na região a presença de novecentos e trinta e dois escravos e de mil e cinquenta e três habitantes livres distribuídos conforme a tabela abaixo:

Tabela 1. População de Ourém e Freguesias Sobre Sua Jurisdição – 1778

Vila/Freguesia	Escravos	Livres	Total de Habitantes
Ourém	301	292	593
Irituia	106	283	389
São Miguel do Guamá	525	478	1003
<b>Total</b>	<b>932</b>	<b>1053</b>	<b>1985</b>

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509

Os dados mostram que o número de escravos representam quase 47% da população total, além disso, com exceção a Irituia a quantidade de escravos é maior que a de pessoas livres, número bastante significativo, principalmente se comparado com outras regiões do Grão Pará. Na Freguesia da Sé, por exemplo, aproximadamente 42% dos habitantes eram escravos (*Idem*), o que mostra que a escravidão na região de Ourém teve bastante relevância no cenário amazônico.

## 2. A LUTA PELA LIBERDADE: ACORDOS, ALIANÇAS E MESTIÇAGENS

Neste tópico pretende-se analisar as motivações que levaram índios, negros e outros agentes a construir laços de proximidades e vivências em espaços comuns. Diante disso percebe-se que, “A mata era lugar de fuga e cumplicidade para negros e índios, mas um

pesadelo para fazendeiros, comerciantes e demais donos de escravos” (CASTRO, 2006, *Op. Cit.*, p.20). Isto porque, os escravizados que conseguiam se libertar da dominação física dos escravocratas buscavam construir espaços onde pudessem efetivar sua autonomia, para isso, como já foi dito antes geralmente formavam no meio das matas núcleos populacionais chamados de mocambos ou quilombos, nesses locais eles resistiam à escravização e defendiam a sua liberdade.

Ao se falar de mestiçagem em quilombos na Amazônia é comum pensar essa relação a partir da mistura de negros e índios. Porém, é importante salientar que esse processo envolve outros agentes, assim além de negros e índios, os mocambos também eram constituídos por brancos, muitos dos quais eram: homens foragidos da lei, soldados desertores, clérigos e pessoas que simplesmente viam nessas comunidades um lugar melhor para sobreviver. Dessa forma, “[...] a mestiçagem envolvia diversos segmentos sociais e éticos da Colônia” (BEZERRA NETO, 2001, p. 105). A partir dessa mescla surgiu várias nomenclaturas para caracterizar os sujeitos originários desse enlaço.

Em Ourém podemos visualizar um pouco dessa situação a partir dos inventários *post mortem* das primeiras décadas do século XIX, neles os escravos deixados como heranças são denominados por diferentes terminologias que demonstram um processo de construção social motivadas pelas relações entre negros, índios e outros agentes. Do resultado delas encontramos os seguintes termos; cafuz, mulato, preto crioulo, mulato crioulo, cafuz crioulo e crioulo (APEP, caixas: 01, 02, 03).

Porém no que diz respeito aos quilombos a mescla entre negros e índios foi a mais comum. Em várias partes da América onde existiu escravidão negra foi recorrente negros se miscigenarem com populações indígenas. No Vale Amazônico era frequente a formação de quilombos de índios juntamente com negros, no Grão-Pará isso acontecia em vários lugares (GOMES, 1997, *Op. Cit.*, pp. 69-85). Portanto, nessa paisagem “[...] tinha sempre um pouco de índio e um pouco de negro, e, portanto, fugas, mocambos e alianças” (*Ibidem*, p.86).

Ainda sobre mestiçagem os inventários já citados mostram que na região de Ourém haviam escravos de várias nações do continente africano, a saber; Mandinga, Cabinda, Caçaje, Rebolo, Minas, Balanta, Benguella, Laboro, Angola, Bejago, Moxiconçoço, Mofongo e Cacaje. Nesse sentido, a miscigenação na região figurava em um complicado universo, pois além de homens brancos de diversos segmentos sociais, haviam também negros e índios de diversas nações que construíram complexas relações que ajudaram a forjar uma sociedade híbrida. No entanto, é preciso destacar que essa mescla vai além das questões biológicas e perpassa pela dimensão cultural.

Os quilombos também eram espaços onde se tentava reconstruir as várias versões de uma vida comum; faziam festas, plantavam roças, pescavam, caçavam e praticavam transações comerciais. “Tentavam estabelecer nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e culturais” (CELESTE, 2006, p. 278). Porém, é fato que “no processo de mestiçagem não podemos pensar que as culturas se interpenetram com igualdade” (SANTOS, 2008, p.234), ou seja, certas etnias naturalmente sobrepõem hábitos, costumes e manifestações sobre outras.

Não resta dúvida que a luta pela liberdade foi um dos motivadores do processo que contribuiu para formar uma sociedade miscigenada no Vale Amazônico, haja vista, que tanto negros quanto índios a qualquer momento poderiam ser capturados. Os índios eram perseguidos frequentemente pelas tropas de resgates, descimentos e guerras justas, práticas que perduraram em larga escala até 1750 (COELHO, 2005, p. 203). Mecanismos esses que se resinificaram a partir de 1755 com a lei de liberdade dos índios, que proibiu definitivamente a escravização indígena, e com o Diretório dos Índios aprovado em 1758. Este foi constituído de 95 artigos que pretendiam ajustar a liberdade dada aos nativos três anos antes (MOREIRA NETO, 1998, pp. 165-205). Seguramente o Diretório foi o “instrumento mais importante da política indigenista pombalina” (Ibidem, p.207). A partir desta, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido Marquês de Pombal, nomeado como primeiro ministro de Portugal em 1750 pelo rei D. José I, pretendia se valer dos índios para tomar posse dos territórios em disputa com os espanhóis (COELHO, 2005, *Op. Cit.*, p. 36).

Com isso o Estado português passou a ter maior controle sobre a mão de obra indígena. Dessa forma a exploração dessa categoria de trabalhador foi intensificada (SOUZA JUNIOR, 2012, p.275). Porém essa nova realidade impôs aos nativos uma dura disciplina na execução de suas tarefas, sobretudo no que diz respeito ao tempo. Assim, os índios embora agora fossem assalariados desenvolveram uma intensa aversão ao trabalho. Nesta direção José Alves de Souza Junior aponta que o fato dos índios se recusarem a aceitar o controle de tempo do trabalho “levou os moradores a só poder mantê-los na condição de trabalhadores pelo uso da força” (Ibidem, p. 160). Diante disso, percebe-se que mesmo com a existência de leis que concedia e regulamentava a liberdade dos índios, os mesmos continuavam a executar trabalhos contra suas vontades, essa situação contribuiu para a constituição de um profundo cenário de resistência que tinha como ponto máximo as fugas para as matas. É importante ressaltar que não estamos condicionando as fugas de índios à existência de uma realidade imposta pelas Leis de Liberdade, isto porque mesmo antes dessas os índios já eram escravizados e introduzidos no universo do trabalho compulsório. No entanto a partir de 1755

os índios eram legalmente livres e deveriam ser recompensados financeiramente pelos seus trabalhos, o que na maioria das vezes não era feito de forma satisfatório, dessa forma, levando os mesmos a buscarem espaços de autonomia, implementando fugas e muitas vezes constituindo mocambos.

Nesta direção, segundo dados levantados por Flávio dos Santos Gomes (1997, *Op. Cit.*, p. 80) no Arquivo Público do Pará, no período entre os anos de 1752 e 1809 existiam em torno de trinta e cinco áreas onde haviam presença de povoações de índios fugidos, ou seja, mocambos que estavam dispersos em todo o Vale Amazônico. Entre essas áreas está São Miguel, esta como já foi dito antes, era uma freguesia de Ourém. Outro exemplo da presença indígena em Ourém diz respeito a sua própria fundação quando contou inicialmente com índios que foram tomados de contrabandistas, assim em 1753 data de sua fundação, a vila passou a contar com cento e cinquenta nativos, além desses Ourém também contou no período de sua gênese com famílias e homens solteiros do arquipélago de Açores (BAENA, 2004, p.242).

Sobre esse cenário, em ofício enviado a Martinho de Melo e Castro secretário de estado da Marinha e Ultramar da Capitania do Pará o então governador João Pereira Caldas remete ao mesmo um mapa dos índios disponíveis nas povoações da capitania no mês de junho de 1774, neste é possível identificar 4025 índios distribuídos em 53 povoações em todo Vale Amazônico, ressalta-se que desses indígenas 59 são Principais. Dentre as povoações citadas estão as da região de Ourém onde é possível observar a presença de 46 índios para o referido período. É importante ressaltar que os indígenas não eram fixados permanentemente no mesmo lugar, pois de acordo com a Lei do Diretório os mesmos passariam apenas o período que fosse determinado pelo governador, de posse de um mesmo colono, depois disso eram destinados para outros moradores que poderiam inclusive ser de outras povoações. Dessa forma, o número de índios dentro de uma povoação era constantemente alterado, seja pelo rearranjo na distribuição nas propriedades ou motivados pelas fugas.

É importante destacar que os trabalhadores indígenas identificados pelo mapa estão distribuídos de várias maneiras, assim a maior parte deles estão ocupados nos serviços reais e dos moradores em particular, mas há também índios destinados a servir os oficiais, diretores e até mesmo os vigários. O mapa mostra ainda que havia um significativo número de indígenas trabalhando nos serviços de comércio (AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 74, D. 6212. Ano 1775).

Também podemos observar a presença indígena na região de Ourém a partir de várias listas enviadas para o governador da Capitania (APEP, códices: 238 272,329 e 423), em uma dessas datada 30 de janeiro de 1774 Xavier de Siqueira (Comandante da Guarda Costa de

Ourém) informa ao governador João Pereira Caldas o nome de vinte e sete índios e vinte e seis índias que estão exercendo atividades nas povoações da vila, além dos nomes a lista também indicava em quais trabalhos os mesmos estavam inseridos. Dos índios informados 17 foram direcionados a abertura de estradas e os demais para outras atividades como; porteiro, pescador, roceiro e lavrador (APEP, código: 272).

Dos documentos enviados ao governador, além do trabalho, alguns dão conta de pagamentos feitos aos índios, falta de ferramentas para suas atividades, avaliação de sua produção e até doenças que acometiam os nativos (APEP, código: 238). A partir disso, percebe-se que o teor da documentação gira em torno da preocupação de extrair o máximo possível dos índios no período em que estivessem em posse de colonos e dos serviços reais, por isso era importante tratar da saúde dos indígenas, não deixar faltar instrumento de trabalho e fiscalizar os serviços para que os mesmos gerasse uma produção satisfatória.

Nesse cenário, os índios eram cada vez mais explorados, inclusive com o não recebimento salarial, por suas tarefas executadas. Nesta direção, José Alves de Souza Filho aponta que “Apesar da imposição do pagamento de salários aos índios ter sido uma constante na legislação, dificilmente essa exigência era efetivada, pois os colonos encontravam inúmeras formas de burlar a legislação e utilizá-los como escravos” (SOUZA JUNIOR, 2012, *Op. Cit.*, p. 136). Nesse ambiente era cada vez maior o número de fugas implementadas por índios em Ourém, assim como em vários lugares do Vale Amazônico. De acordo com Flávio Gomes (1997, *Op. Cit.*, p. 81), Ourém está entre as muitas regiões onde o número de fugas de índios aumentaram, principalmente a partir de 1780 quando a necessidade por braços de trabalhadores para exercer as inúmeras atividades era cada vez maior.

No que diz respeito as fugas dos índios, além da questão da exploração em si, outros pontos devem ser considerados, nesse sentido, Carlos de Araújo Moreira Neto pondera que “Os índios eram transferidos habitualmente de suas aldeias tradicionais, separados de suas comunidades e famílias e descidos para os centros regionais, onde eram empregados ao trabalho servil ou simplesmente vendidos e transportados como escravos” (1998, *Op. Cit.*, p.34). Nesse sentido, José Alves de Souza Filho (2012, *Op. Cit.*, p. 236) destaca que mesmo com a lei que proibia completamente a escravização indígena o tráfico de “escravos vermelhos” (índios) ainda continuou intenso por muitos anos.

Diante dessas questões percebe-se que além da exploração física dos índios havia também o rompimento dos laços que vinculavam os mesmos ao lugar onde viviam e as pessoas com quem se relacionavam, dessa forma alterando suas formas de vida (COELHO, 2006, pp. 117-134). Com isso conjectura-se que não foi apenas a submissão ao duro trabalho

forçado, assalariado ou não, que motivava as fugas em massa para as matas, isto porque além da busca pela liberdade, o fator da não adequação a nova realidade imposta pelos europeus que conduziu forçosamente milhares de indígenas a novos ambientes, foi primordial para a evasão de um incontável número nativos que estavam submetidos à escravidão, aos aldeamentos e mesmo aos povoados regulamentados pela Lei do Diretório.

No Grão-Pará além de mocambos de índios, haviam também os que eram povoados por negros, no entanto os que mais chamam a atenção são os que eram ocupados por esses dois grupos distintos. Assim, nessa incessante luta pela liberdade, negros e índios se aliavam e estabeleciam comunidades onde se miscigenavam e faziam trocas culturais. “Tais contatos possibilitavam também uniões consensuais e mesmo casamentos. Diante disso, o fator miscigenação também deve, portanto, ser considerado” (GOMES, 1997, *Op. Cit.*, p. 86).

Em muitos casos índios e negros não tinham uma relação amistosa, mesmo assim “engendraram redes de solidariedades, claro que também perpassadas por conflitos e confrontos. Construíram, assim, uma tradição de resistência coletiva cujas manifestações se intensificaram na segunda metade do século XVIII [...]” (SOUZA JUNIOR, 2012, *Op. Cit.*, p.20). Sendo assim, a união conjugal entre eles representava a formação de um pacto, onde eram cessadas as animosidades e firmado alianças para se fortalecerem, dessa forma, conseguiam estabelecer diálogos e a partir de então passavam a conviver juntos no mesmo espaço (CELESTE, 2004, p. 70).

Nesse cenário de alianças os maiores beneficiados acabavam sendo os negros, pois os nativos normalmente conheciam a região e os seus atalhos, além de outras vantagens que passavam a serem compartilhadas com os negros, assim como outros sujeitos. Eurípedes Funes (1997, *Op. Cit.*, p.107) aponta que os índios tiveram um importante papel na luta contra a escravidão, pois além de ensinar os caminhos, atalhos para os altos rios, por diversas vezes alertaram os quilombolas sobre expedições punitivas. Esse processo de cumplicidade no contexto de resistência as imposições do sistema colonial levou as elites a sentirem-se cada vez mais aterrorizadas (SOUZA JUNIOR, 2012, *Op. Cit.*, p.30).

Até este momento discutimos sobretudo o contexto que envolvia negros e índios na região de Ourém nos finais do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, contudo é preciso lembrar que outros agentes atuaram nesse cenário e tiveram grande relevância para as tramas tecidas em busca da liberdade ou para efetivação da mesma. Nesse sentido, a partir de agora destacaremos o papel dos homens brancos e as motivações que os levaram a contribuir com a luta pela liberdade dos escravizados, inclusive participando de fugas e formando mocambos juntos com índios e negros, inserindo assim mais um elemento no já complexo

ambiente miscigenado da região. Segundo Bezerra Neto “A constituição de mocambos formados por índios, africanos, colonos brancos e mestiços de todos os tons constituiu-se em exemplo desta realidade” (2012, *Op. Cit.*, p. 105).

Nesta direção, Flávio dos santos Gomes aponta que os soldados desertores, é mais um personagem que entra em cena “nesta floresta de mocambos e fugitivos” (1997, *Op. Cit.*, p. 105.), os mesmos além de atuarem em diligências para bater mocambos, estão entre os sujeitos que mais contribuíram para formação e manutenção dos mesmos, isto porque esses espaços também representavam para esses soldados lugares onde poderiam alcançar um pouco mais de autonomia sobre suas vidas, haja vista que os mesmos constantemente eram recrutados forçosamente para compor tropas que tinham como função manter a ordem e a segurança na colônia. Dessa forma, eram separados de suas famílias e submetidos a situações deploráveis dentro das tropas, o que os levavam constantemente a implementar inúmeras fugas, tornando-se assim desertores, o que significava legalmente ser um fora da lei. Wania Alexandrino corrobora com essas ideias e acrescenta que as mesmas “foram elementos que funcionaram como as principais forças que desencadearam as fugas de soldados” (2013, *Op. Cit.*, p. 122).

Sobre esses soldados também é preciso salientar que nem todos eram homens brancos, assim haviam entre os mesmos índios, negros e mestiços de todos os tons, o que acabava sendo um elemento a mais para as deserções. Diante disso Flávio Gomes pondera que em muitos casos o recrutamento desses grupos tinham pouco sentido militar. Dessa forma, “o alistamento militar era uma forma de controlar a população livre de índios, mestiços e negros”, com isso também se pretendia ter o domínio sobre o trabalho dos mesmos (GOMES, 1997, *Op. Cit.*, p. 106).

Esse panorama sobre a situação dos soldados figurou em toda região de Ourém, nesse sentido, em ofício 1773 enviado à Fernando da Costa de Ataíde Teive de Souza Coutinho, governador da Capitania do Grão-Pará, o Capitão Manoel Lopes da Cunha informa sobre insubordinação de soldados que haviam saído das tropas pagas (APEP, código, 238). Como já foi dito o destino de muitos desses soldados eram os mocambos onde inclusive poderiam reunir suas famílias (NOGUEIRA, 2009, *Op. Cit.*), é importante ressaltar que não estamos afirmando que toda insubordinação de soldados culminasse em deserção, no entanto não resta dúvida que muitas dessas tomaram dimensões que perpassaram pelas fugas e formação de comunidades com vários outros sujeitos. Nesta direção José Alves aponta que esses ambientes “[...] se tornaram espaços de socialização de um grande contingente de despossuídos” (2012, *Op. Cit.*, p. 30).

Esse cenário perdurou por muitas décadas na região de Ourém, o que pode ser observado em correspondência enviada em 1828 pelo comandante militar da vila de Bragança ao governador da província do Pará informado sobre desertores na vila de Ourém e outros agentes indesejáveis (APEP, código, 849), abaixo segue um trecho do referido documento, o mesmo nos ajudar a visualizar melhor essa presença:

Foi mesmo necessário, que os habitantes de Ourém se amedrontassem com o terror pânico, por isso, que no mez de janeiro officiei a câmara da mesma Vila, sendo juiz João Picanço fazendo lhes ver, que hera indispensável haver hum Destacamento naquela villa, para vidar de uma vez a passagem aos vagabundos, desertores, homens [bravos] e escravos fugidos, que infestão aquele districto, e se passão para este (*Idem*).

O documento mostra vários sujeitos considerados perigosos pelo comandante militar que deixa claro sua preocupação com esses indivíduos que rotineiramente chegam até Bragança, dessa forma sugere a presença de um destacamento militar na vila de Ourém para combater definitivamente a presença desses grupos.

Nesse universo de mocambos os desertores foram de grande importância para a aproximação e manutenção de contatos entre os mocambeiros e os moradores das vilas e povoações, assim constituíram diversas relações, principalmente comerciais. Essas foram bastantes vantajosas para muitos moradores que passaram a acoitar os amocambados, dificultando assim suas capturas. Sobre essa ótica, outro trecho do documento citado anteriormente mostra esses contatos:

Foi melhor informado que os habitantes negociavam com os Dezertores, que de muito lhes hião vender Roças de matto e peixe, pois destes se apresentarão voluntariamente em Bragança e confessarão a mim mesmo que hera verdade andarem os desertores de noite pela mesma Villa e negociarem com seus habitantes (*Idem*).

Esse contexto contribuiu para engrossar ainda mais o caldo de resistências existentes na região de Ourém, assim oito meses depois do episódio descrito anteriormente, o comandante militar da vila de Bragança informa ao governador da província ter tomado ciência da necessidade de capturar Vicente Ferreira, soldado do batalhão de caçadores que era acusado de revolucionário, assim o comandante solicita que o juiz de Ourém requisite os praças que estavam em missão de destruir mocambos na região e os mandem também a busca de tal soldado (APEP, código, 849). Assim, percebe-se que as deserções foram uma constante na região, onde as matas proporcionaram o encontro de um sem número de indivíduos que muitas vezes se repeliam, mas também que em incontáveis situações criaram acordo e alianças. “Estes, vivenciando experiências comuns, construíram uma identidade de interesses

e soldaram redes de solidariedades, perpassadas por contradições, mas visíveis, empiricamente, nas suas ações de resistência coletivas” (SOUZA JUNIOR, *Op. Cit.*, p. 30).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, verifica-se que em Ourém, assim como em outras partes da Amazônia, a resistência a escravização e a busca pela liberdade, permitiu que diferentes agentes estabelecessem as mais diversas relações, inclusive matrimoniais. Esse contexto contribuiu para a formação de vários quilombos, muitos dos quais se transformaram em comunidades que existem até os dias de hoje. Assim, percebe-se que nesse cenário interéctico, era comum o encontro de negros com indígenas, muitos desses eram conflituosos chegando haver intensas disputas por determinados territórios, no entanto, apesar desses conflitos, foram vários os casos em que negros e índios se uniram na ânsia da manutenção da liberdade, na região de Ourém não foi diferente o que levou a formação de várias comunidades de escravizados fugidos marcada pela mestiçagem de negros, índios e outros agentes. Nesse ambiente, hábitos e costumes do homem branco se agregaram à traços da cultura negra e indígena e podem ser observados no do dia-a-dia, na alimentação e nas manifestações artísticas e religiosas de vários povoados amazônicos.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Wania. **A “gente de guerra” na Amazônia colonial: Composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)**. Dissertação (mestrado em história social da Amazônia). Belém-PA: Universidade Federal do Para.

AUGUSTO, Isabel T. C. **Bens de família: cultura material e riqueza no Grão-Pará, 1808-1830**. In: FIGUEIREDO, Aldrin & ALVES, Moema (orgs.). **Tesouros da Memória: história e patrimônio no Grão-Pará**. Belém: MABE, 2009.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

CASTRO, Edna. **Escravos e Senhores de Bragança (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará)**/ Edna Maria Ramos de Castro (organização). Belém: NAEA, 2006.

CELESTE, Benedita.. **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos.** Belém: Ed. Paka-Tatu, 2004.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na Amazônia a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798).** Tese (doutorado em história social) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: Uma inflexão.** Revista UFPA: Belém-PA, 2006.

DIANA, Sueny. **Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiapu (Pará - Maranhão, 1790-1852).** Tese (Doutorado em História Social), Belém – PA: Universidade Federal do Pará, 2016.

DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios na Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850).** Petrópolis: Vozes, 1998.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004).** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FUNES, Eurípedes A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas.** 1995. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

GOMES, Flavio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX).** Tese de Doutorado, Campinas-SP, 1997.

GOMES, Flavio dos Santos. **Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia Colonial.** São Paulo: Revista USP, 1995.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARTINS, Cristian. **As Fronteiras da Liberdade: A Resistência Quilombola na Fronteira entre Brasil e Guianas (Século XIX).** Artigo apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia: Belém-PA, 2010.

NOGUEIRA, Shirley M. S. **“A SOLDADESCA DESENFREADA”: politização militar no GRÃO-PARÁ da Era da Independência (1790-1850).** Tese (Doutorado em História Social), Salvador – BA: Universidade Federal da Bahia, 2009.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICCI, Magda. Resenha: CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão.** 3ª ed. revista ampliada. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SANTOS, Denilma. **Senhoras Donas das Vilas de Bragança e de Ourém nos Oitocentos**. Dissertação (mestrado em história social da Amazônia). Belém-PA: Universidade Federal do Para, 2012.

SANTOS, Washington. **Mestiçagens e identidades negras: um olhar a partir da Relação índio-negro**. Ponta Grossa: UEPG, 2008.

SILVA PINTO, Luiz Maria. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Ouro Preto: Typographia da Silva, 1832.

SOUZA JUNIOR, José Alves. **Tramas do Cotidiano: Religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém-Pa: ed. UFPA, 2012.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terra de Quilombo: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006.

VERÍSSIMO, José. **Ethnografia**. In: PARÁ, Governo do Estado do. *Pará em 1900*. Belém: imprensa de Alfredo Augusto Silva.

VIRGOLINO, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão (orgs.). **A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica (Documentos Históricos)**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p.52.

## **FONTES**

### **ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO**

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 31, D. 2977.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 74, D. 6212.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509.

### **ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ**

APEP, caixa 01, nº 263. Testamento e Inventário de Thiago Peres da Silva, na Villa de Ourém, ano 1817.

APEP, caixa 01: Números: 1, 2, 3, 4, 103, 143, 243, 263. Caixa 02: N°: 242. Caixa 03: N°: 192. Autos de Inventários e Partilhas da região de Ourém.

APEP, Códice 238, docs; 13,20, 23, 33, 57, 59,33. Correspondências de diversos com o governo.

APEP, códices: 24, 272, 299,329 e 423, 849. Correspondência de diversos com o governador.

APEP, Códice 24. Ofício do diretor da Vila